

CARTA DAS EDITORAS E DO EDITOR.

A Revista Law Review lança a primeira edição do ano de 2022, a qual conta com um número expressivo de artigos que trazem discussões importantes na área acadêmica, mas com implicações práticas, cujo intuito é repensar sua aplicação, mas também trazer reflexões para os operadores do direito.

As demandas no campo jurídico são constantes e acompanhadas por debates que se prolongam no tempo, tendo em vista a própria mudança social, bem como as novas perspectivas que se formam, questionando velhas demandas e inquirindo novos olhares. A par disso, a Law Review é um espaço para novos pesquisadores que buscam pôr em evidências o desenvolvimento de suas pesquisas, sobretudo, pelas inquietações e problemáticas que se deparam no seu dia a dia.

O operador do direito que se dispõe a prática acadêmica e profissional se depara com desafios que não passam despercebidos do olhar crítico, pois ao apontar os problemas presentes no campo de sua atuação, ou áreas que despertam o interesse tem o exercício de repensar melhorias e propor soluções, ou apenas colaborar com profissionais que atuam naquele seguimento indicando as objeções, as quais implicam diretamente em sua eficiência e efetividade.

Para tanto, a criação de um espaço para novos pesquisadores é uma lacuna percebida pelo Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito (Mestrado Acadêmico, Doutorado Acadêmico e Mestrado Profissional em Direito, o Mestrado Interinstitucional em Direito (em parceria com a iCEV, em Teresina) e o Mestrado Profissional em Direito, Justiça e Desenvolvimento, em São Paulo) vinculados ao Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, o qual pensando na melhoria mas também na viabilidade destas pesquisas suscitou o debate por meio da Revista Law Review.

Esta edição aborda temas que se complementam, além de convidar os leitores a refletirem, criticarem e dialogarem sobre suas pesquisas traçando um fórum. O primeiro artigo apresentado pelo autor **Luiz Antônio S. Corrêa** com o título **A indevida ausência de indenização prévia pela desapropriação do fundo de comércio do locatário** tem o intuito de discutir o direito de propriedade o direcionando para o fundo de comércio do locatário, cujo ponto de partida é entender os direitos estabelecidos constitucionalmente aliando a análise com o direito material corpóreo e incorpóreo diante deste instituto.

O segundo artigo discorre sobre as **Primeiras Reflexões sobre o Devido Processo Tecnológico na Aplicação de Provimentos Vinculantes por Sistema de**

Decisões Automatizadas escrito pelos autores **João Sergio dos Santos Soares Pereira e Eurípedes Jose de Souza Junior**, em que a problemática consolida um assunto discutido sobre a alta demanda do judiciário e, conseqüentemente, o seu abarrotamento, mas aliado a este assunto traz novas perspectivas por meio da inteligência artificial, indagando da possibilidade de seu uso por decisões automatizadas com o uso de algoritmos e IA, o que não está ileso de críticas, devido a insegurança jurídica que desperta neste processo.

O artigo **Segurança Jurídica e Desenvolvimento Econômico: A Importância da Tutela Provisória de Evidência Fundada em Precedente Jurisprudencial Vinculante** proposto pelo autor **Fernando Pessoa de Aquino Filho** tem o intuito de trazer ao debate desenvolvimento econômico e processo, em que entende que o desenvolvimento econômico se consolida e se perfaz pelas instituições, incluindo o sistema de justiça. Para isso, compreende que, como instituição, o sistema de justiça permite e também se torna uma ponta para o desenvolvimento econômico, em especial, pelos mecanismos do código de processo civil.

O artigo **Reflexão Crítica Sobre os Direitos Sociais Frente a Crise Relacionada ao Covid-19 no Brasil** do autor **Luiz Antonio Santos** trazem uma temática importante em tempos pandêmicos, pois busca analisar a preponderância dos direitos sociais em um cenário novo para a ordem mundial, as quais envolvem a seara social, econômica, política, cultural, envolvidos em um panorama singular e principalmente novo, em que coloca em risco bases importantes motivadas por decisões urgentes, as quais criam conseqüências prejudiciais no campo jurídico e na efetividade de direitos.

Já o autor **Blader Henrique Soares** propõe o debate da temática tributária ao elaborar o artigo **A Reforma Tributária e a Proposta das Instituições da CBS: Creditamentos na não-cumulatividade e na monofasia** em que análise as principais propostas para a reforma tributária e os seus percalços, de modo que, se deteve ao Pis e Cofins e os encargos que são acarretados com a reforma.

O artigo **Os Direitos Indígenas em Disputa da ADPF 709: Há Caminhos Possíveis na Jurisdição Constitucional?** Do autor **Erick Kiyoshi Nakamura** que traz uma temática importante na área jurídica, direito indígenas, visando a proteção de minorias, em especial, se atentando a análise da ADPF 709. O intuito é verificar os direitos garantidos pela Constituição Federal em face de transgressões que ocorrem aos povos indígenas.

Seguindo a temática da jurisdição constitucional o artigo escrito por **Fernando Natal Batista** discute **A Jurisdição Constitucional e o Papel das Cortes Supremas nas**

Democracias, abordando em específico a temática da jurisdição constitucional e seus aspectos histórico, principalmente, ao correlacioná-la com o ativismo judicial. Desta forma, a temática se insere e delinea com sua implicação nas democracias ao traçar os aspectos negativos advindos do papel das Cortes Supremas.

O artigo **O Reconhecimento Facial Como Instrumento de Reforço do Estado de Coisas Inconstitucionais no Brasil** escrito pelo autor Alisson Possa coloca problemáticas importantes para o debate, a exemplo da Inteligência Artificial e seus impactos na sociedade. No caso, o direcionamento do artigo é o reconhecimento facial que tanto pode incrementar as bases para a segurança pública, mas ao mesmo tempo levanta a questão do racismo estrutural presente nas sociedades e suas consequências no sistema prisional.

Fechando a edição há o artigo intitulado **Intervenção do Estado na Precificação: Uma Visão a Partir da Análise Econômica do Direito** escrita pelo autor **Bruno Soares Koga** tem o condão de verificar as intervenções do Estado na economia direcionando a pesquisa para compreender o desequilíbrio na oferta e na demanda, tendo como consequência a oscilação da precificação dos produtos afetando o consumidor. A análise fica circunscrita ao panorama e a intensificação de práticas abusivas na pandemia, buscando compreender e debater a políticas existentes ou que devem ser pensadas para combater tal prática.

Aos nossos autores agradecemos a confiança depositada com seus aportes. Esperamos que a leitura traga inquietações ao debate e convidamos a toda a comunidade de acadêmicos e pesquisadores do Direito e áreas afins para participarem desse projeto.

Até a próxima edição!

Fábio Lima
Editor-Chefe

Jéssica Y. Nagasaki
Comitê Executivo

Fernanda Lima
Comitê Executivo